



OBSERVATÓRIO DOS SUBNACIONAIS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

INTRODUÇÃO

Dando prosseguimento à série de Fact Sheets publicada pelo Observatório de Atores Subnacionais da Plataforma Socioambiental, esse estudo volta-se à análise das matérias legislativas e ações ambientais verificadas no Estado do Rio de Janeiro, no período entre 2008 e 2019. Essa série de publicações tem como objetivo investigar a contribuição das unidades federativas brasileiras para com a governança policêntrica de clima, dando ênfase às possíveis interconexões provenientes das legislações e iniciativas fluminenses estabelecidas no âmbito socioambiental.

Diferente do estudo publicado anteriormente, referente ao estado do Amazonas, os números observados pela equipe durante a coleta dos dados no estado do Rio de Janeiro chamaram atenção por serem bem mais altos do que os verificados nos outros dois estudos. Buscamos, portanto, compreender quem são os atores legislativos responsáveis por elaborar os projetos e decretos legislativos que versam sobre temática socioambiental e qual o tratamento dado à temática no período estudado.

METODOLOGIA

Para facilitar a análise e possibilitar uma averiguação minuciosa sobre as matérias legislativas e normas jurídicas do estado do Rio de Janeiro, foi utilizado como recorte temporal o período entre os anos de 2008 e 2019. Ao compreender o período de três mandatos, o estudo oferece uma visão mais ampla sobre quais assuntos vêm sendo tratados com maior frequência e sobre como a própria pauta socioambiental cresceu no âmbito estadual, em paralelo às agendas ambientais internacionais. Por meio da consulta ao site da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e do Governo do Rio de Janeiro, foi possível ter acesso às legislações propostas e aprovadas, que abarcam desde decretos a projetos de leis. Assim, foram adotados, simultaneamente, métodos de estudo quantitativo e qualitativo com o escopo de não apenas contabilizar em números os esforços realizados em âmbito estadual, mas também conhecer o perfil dos parlamentares propositores e o conteúdo das matérias.

O estudo levou em conta o exame de Leis em vigor, Decretos do Poder Executivo, Projetos de Decreto Legislativo, Projetos de Emenda Constitucional, Projetos de Lei, Projetos de Lei Complementar, Projetos de Resolução e Projetos de Indicação ano por ano na Alerj. A partir desse exame, foram selecionadas aquelas que tinham relação direta com a agenda socioambiental - que abordavam como assuntos principais as mudanças climáticas, sustentabilidade, gestão de resíduos, educação ambiental, entre outros. Por fim, os dados analisados foram processados em observações e comentários que estarão expostos na próxima seção.

AS DISCUSSÕES SOCIOAMBIENTAIS EM PAUTAS LEGISLATIVAS

TABELA 1: Elaboração própria a partir dos dados consultados no site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

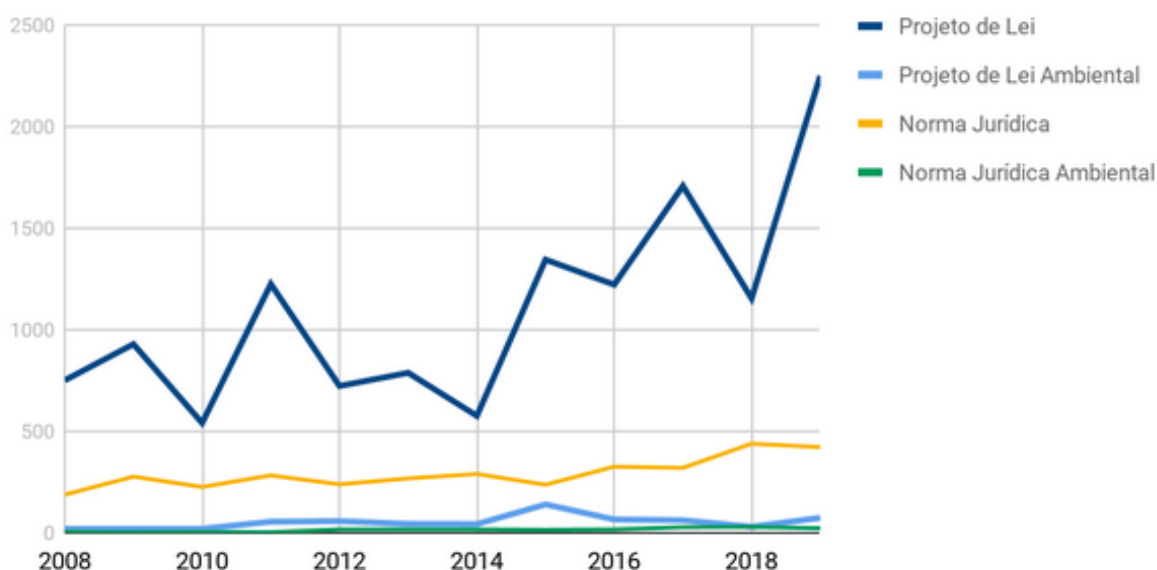
RIO DE JANEIRO

ANO	NORMAS JURÍDICAS	PROJETOS DE LEI	% PL's APROVADOS	NORMAS JURÍDICAS AMBIENTAIS	PL's AMBIENTAIS	% PL's AMBIENTAIS APROVADOS
2008	188	751	25,03%	5	20	25%
2009	277	929	29,81%	3	20	15%
2010	226	541	41,77%	4	20	20%
2011	283	1225	23,10%	3	55	5,45%
2012	239	723	33,05%	17	58	29,31%
2013	268	788	34,01%	17	44	38,63%
2014	290	576	50,34%	17	43	39,53%
2015	237	1345	17,62%	15	140	10,71%
2016	326	1222	26,67%	17	66	25,75%
2017	320	1708	18,73%	28	62	45,16%
2018	439	1154	38,04%	29	30	96,66%
2019	422	2250	18,75%	23	74	31,08%

Fonte: Site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, acessado em agosto de 2020

Gráfico 1: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1

Dados legislativos ambientais para os últimos três mandatos legislativos



Fonte: Site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, acessado em agosto de 2020

Ao analisar com maior atenção os dados da Tabela 1 e do Gráfico 1, percebe-se que apesar de os números de normas jurídicas e PL's ambientais não apresentarem um padrão claro de comportamento que possa levar à alguma conclusão sobre sua causa e consequência, é possível perceber nítido crescimento quantitativo no período entre 2008 e 2019, o que indica que, apesar de os números ainda serem baixos no universo geral das normas e PL's, a temática ganhou a atenção dos parlamentares ao longo da década. O questionamento a se fazer aqui é se a atenção dada aos temas foi suficiente e eficiente para lidar com os problemas ambientais do estado no período.

Com a criação da Subsecretaria de Economia Verde em 2011 e o advento da Conferência Rio +20 no ano seguinte, era esperado que houvesse um aumento de projetos que tratassem da temática ambiental a partir de 2011, uma vez que esses ampliariam o escopo e a necessidade de debate sobre alguns temas e ações necessárias partindo do governo do estado. Além disso, a Subsecretaria,

subordinada a Secretaria do Meio Ambiente, foi criada com o objetivo de diminuir as emissões de carbono do estado e criar um mercado de carbono, que atenderia às pressões internacionais para o país se movimentar e se tornar uma potência da agenda socioambiental. O número de projetos ambientais aumentou, de acordo com o esperado, em áreas centrais mapeadas pelo governo durante o ano de 2011, como a gestão de resíduos, porém não foi muito expressivo na área climática[1], como pode ser analisado de forma mais aprofundada pela Tabela 2.

Quadro 1: Ações climáticas desenvolvidas pelo estado do Rio de Janeiro

- Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2010)
- Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro (2018)
- Plano Estadual de Mudanças Climáticas (2012)
- Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (2020)
- Fórum Rio de Mudanças do Clima (criação em 2007, reativação 2020) e Conselho Rio de Mudanças do Clima (2012)
- Plano Estadual de Restauração Florestal (2019)
- Projeto Olho no Verde (2016)
- Programa de Apoio às Unidades de Conservação (2009)
- Fundo da Mata Atlântica (2013)
- Criação do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) em 2007

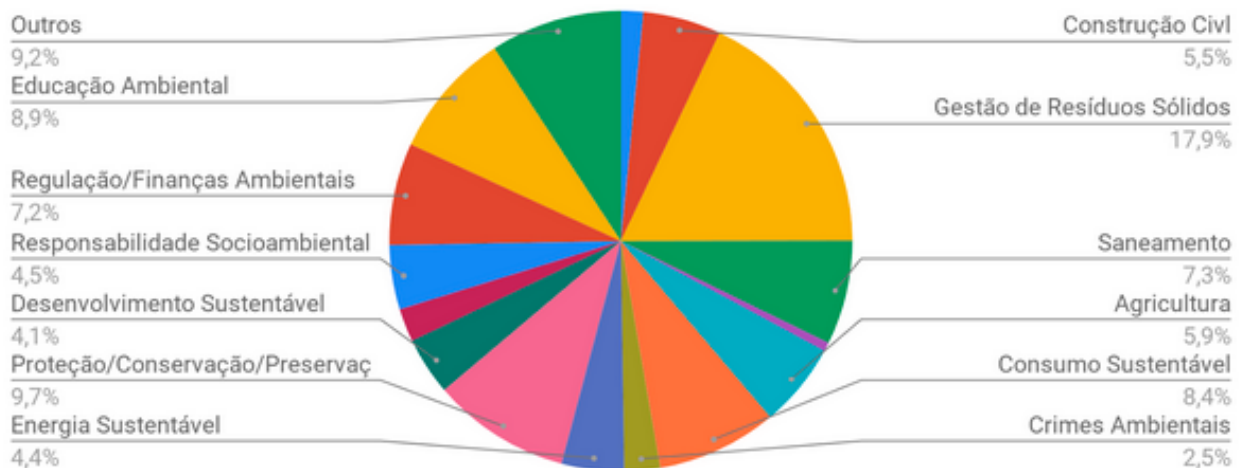
No que diz respeito às principais ações ambientais desenvolvidas pelo estado do Rio de Janeiro, destaca-se a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável. Instituída em 2010 a partir da Lei nº 5690, tal política visa “prevenir e mitigar os efeitos e adaptar o Estado às mudanças climáticas, em benefício das gerações atuais e futuras, bem como facilitar a implantação de uma economia de baixo carbono”. Ela serve como norte para o Plano Estadual sobre Mudança do Clima e outros programas e ações à ela vinculados. De acordo com o seu artigo 4º, tal iniciativa visa assegurar a contribuição do Estado do Rio de Janeiro para com os objetivos da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de alcançar a estabilização de gases do efeito estufa na atmosfera.

A criação do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) também pode ser vista como um avanço importante. Apesar de ter sido criado em 2007 pela Lei nº 5.101, foi apenas em 2009, mediante ao decreto nº 41.628, que o instituto foi instalado a partir da fusão entre a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (SERLA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). O INEA tem o objetivo de proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental do estado e promover o desenvolvimento sustentável. A partir da Resolução nº 64 de 12 de dezembro de 2012 e em consonância com a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável, o INEA instituiu a necessidade de apresentação de inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) para fins de licenciamento ambiental de empresas. Tal iniciativa visa garantir ao Estado conhecimento acerca da evolução das emissões de GEE em seu território, possibilitando, assim, a criação de iniciativas de mitigação e adaptação climática. O INEA também operacionaliza o projeto Olho no Verde, visando o monitoramento via satélites da cobertura florestal da Mata Atlântica com o objetivo de detectar e combater o desmatamento ilegal.

No que diz respeito à área de adaptação, ressalta-se o Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro, lançado em dezembro de 2018. Também derivado da Política Estadual sobre Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável, o Plano aponta para as vulnerabilidades do Estado e oferece recomendações para aumentar a resiliência frente a desafios como desastres naturais.

Gráfico 2: Elaboração própria a partir dos dados coletados do site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro

Projetos de Leis Ambientais



Fonte: Site da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, acessado em agosto de 2020

O gráfico 2 mostra os temas mais tratados pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro durante o período estudado, sendo esses a gestão de resíduos sólidos, proteção/conservação/preservação ambiental e educação ambiental. Esses tópicos abrangem um grande espectro da temática socioambiental, compreendendo ações do poder público direcionadas a lidar com problemas urgentes para a população e com problemas relacionado ao meio ambiente no estado. Os números dos projetos dedicados a esses temas impressionam,

principalmente no caso de gestão de resíduos sólidos, que corresponde a quase 20% do total dos projetos classificados neste estudo. Tal fato pode ter contribuído para que em 2019 o município do Rio de Janeiro fosse eleito como a melhor das capitais no Índice de Sustentabilidade da Limpeza Urbana, que leva em conta os seguintes critérios em relação à política para resíduos sólidos: engajamento da população; sustentabilidade financeira; recuperação dos resíduos coletados; e impacto ambiental[2]. Todavia, é importante salientar que é necessária uma forte integração entre o estado e seus municípios para que as leis estaduais sejam instituídas com eficiência, uma vez que os serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos são de incumbência municipal – como garantido na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Nº 12.305/2010).

Chama a atenção também o fato de temas como Clima e Povos Tradicionais e Indígenas contarem com os menores números de PL durante o período estudado, considerando a necessidade do estado de planejar e executar estratégias de mitigação e adaptação para lidar com as mudanças climáticas e a população de mais de 15 mil indígenas e povos tradicionais residentes do estado. Vale notar, contudo, que a ausência de tratamento da temática de clima na Assembleia Legislativa não reflete o comportamento do executivo na questão, como observado acima nas ações climáticas promovidas pelo estado.

Quando comparado ao estado do Amazonas, apresentado no Fact Sheet anterior, os números do Rio de Janeiro impressionam: esse é o estado com o maior número de projetos de leis ambientais verificado até então, são 641 PL's do RJ contra 158 do AM. Tal discrepância nos faz questionar qual a diferença dos parlamentares do RJ para os dos outros estados, o que faz o Rio de Janeiro diferente em termos ambientais dos outros estados. Talvez o que se pode pensar é a atenção internacional que o Rio de Janeiro, enquanto estado mas principalmente enquanto município, recebe em comparação aos

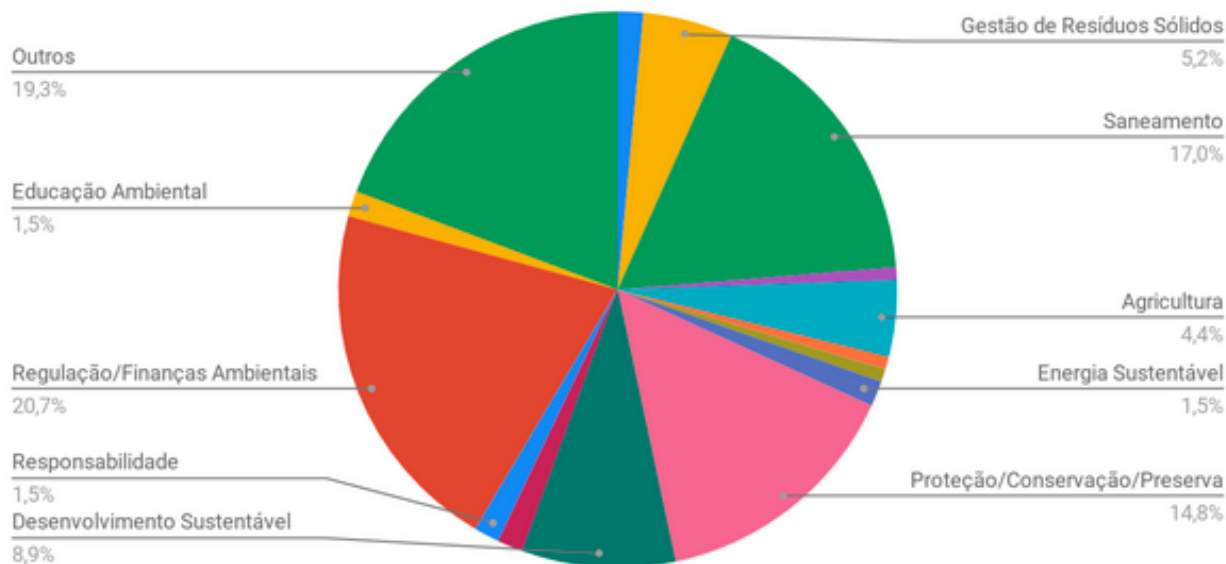
outros estados, desde 1992 estando sob os holofotes internacionais por sediar as Conferências Internacionais ECO-92 e RIO +20, e com isso ser necessário mostrar que estava à altura dos desafios impostos pelas conferências. Não seria possível se candidatar a sediar eventos de tamanho porte sem que a conduta do Estado Brasileiro, do estado e da cidade do Rio de Janeiro refletissem um pouco a ideia por trás dos eventos, e talvez por isso tenha se observado tamanha disparidade dos números quando comparados os estados estudados até então.

**“ TEMAS COMO CLIMA E POVOS
TRADICIONAIS E INDÍGENAS
CONTAREM COM OS MENORES
NÚMEROS DE PL DURANTE O
PERÍODO ESTUDADO ”**

Quando olhamos para os Decretos promulgados pelo Executivo no estado do Rio de Janeiro, algumas coisas chamam a atenção, como por exemplo a ausência de registros de decretos para os anos de 2018 e 2019, o que considerando ser um site oficial, e tais informações serem de registro público se torna bastante grave, já que o governador não passa um ano inteiro do seu mandato sem promulgar algum decreto, o que implica em falta de transparência do site do governo. Além disso, com a ajuda do Gráfico 3 abaixo é possível perceber para quais assuntos o executivo voltou mais a sua atenção, um deles compartilhado com a agenda do legislativo (proteção/conservação/preservação ambiental), indicando uma conexão entre as discussões na casa nesse tópico. Porém, esse parece ser o único ponto marcante de interseção entre as agendas das casas, pois os outros assuntos que receberam maior atenção do executivo não foram os mesmos do legislativo.

Gráfico 3: Elaboração própria a partir dos dados coletados no site do Governo do Rio de Janeiro

Decretos do Executivo do RJ



Fonte: Site do Governo do Rio de Janeiro, acessado em outubro de 2020

Em relação ao perfil dos autores das matérias legislativas ambientais, a maior parte dos projetos de lei foi apresentada por parlamentares que não possuem a área ambiental como seu principal enfoque de produção de políticas públicas. Poucos deputados da Alerj durante o período analisado tinham um histórico de envolvimento com a pauta ambiental em suas trajetórias políticas. Contudo, os parlamentares que apresentavam esse histórico com os temas ambientais foram os que apresentaram, individualmente, o maior número de propostas. A título de ilustração, o ex-secretário estadual do Ambiente, ex-ministro do Meio Ambiente e atual deputado estadual Carlos Minc – um dos principais nomes da “bancada ambientalista” na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro – propôs 47 PL’s sobre a temática ambiental entre o período correspondente de 2010 a 2017; uma média de 7 PL’s por ano. Minc também é o parlamentar que teve mais

leis ambientais computadas no período analisado, dos seus 47 PL's, 17 se tornaram leis. Ademais, o deputado também apresentou 9 PL's em conjunto com outros parlamentares, com 5 proposições em vigor como lei e com as outras 4 ainda em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro[3].



**POUCOS DEPUTADOS DA ALERJ
DURANTE O PERÍODO ANALISADO
TINHAM UM HISTÓRICO DE
ENVOLVIMENTO COM A PAUTA
AMBIENTAL EM SUAS TRAJETÓRIAS
POLÍTICAS.**



Outros parlamentares que também tiveram forte participação na elaboração de PL's na área ambiental foram: Dr. Julianelli, Átila Nunes Filho e André Lazaroni. Dr. Julianelli exerceu apenas um mandato legislativo (2015-2019) e elaborou um total de 23 projetos de lei, sendo 20 de sua total autoria – nos outros 3, Dr. Julianelli é co-autor. Foram 5 projetos aprovados em seu único mandato. Já Átila Nunes foi um dos deputados estaduais mais longevos da história do Brasil (MIGUEZ, 2018); esteve na Alerj por 48 anos, com 12 mandatos consecutivos até 2018. Dentro do escopo temporal do estudo, de 2008 a 2019, o ex-parlamentar elaborou 25 projetos de lei na área ambiental, tendo conseguido a aprovação de apenas 1. E o deputado André Lazaroni, que atuou na Alerj de 2003 até 2018, elaborou 16 PL's de sua própria autoria e mais 3 PL's em conjunto com outros parlamentares. Desses projetos, 6 foram aprovados e transformados em lei.

Três dos quatro parlamentares citados acima já foram presidentes da Comissão de Defesa do Meio Ambiente na Alerj: André Lazaroni, Átila Nunes e Dr. Julianelli. Todavia, apenas Átila Nunes não apresenta a causa ambiental como uma das suas principais pautas de envolvimento político. André Lazaroni, formado em Direito, desempenhou seu trabalho legislativo em prol do direitos dos animais e contra crimes ambientais. Já Dr. Julianelli, formado em Medicina, foi membro da Comissão de Saneamento Ambiental e presidente da Comissão de Representação em Defesa do Rio Paraíba do Sul, além de ter atuado nas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) da Crise Hídrica e dos Lixões na Assembleia (ALERJ, 2020).

Outra questão marcante em relação às matérias legislativas e ações ambientais do Estado do Rio de Janeiro foi a criação da Comissão Especial da Baía de Guanabara (2015-2016), fruto do Requerimento Nº 49/2015 do parlamentar Flavio Serafini. A Baía de Guanabara é a segunda maior baía do litoral brasileiro: possui uma área de cerca de 380km² que engloba praticamente toda a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (INEA, 2020b) – uma concentração populacional de quase 10 milhões de habitantes, o equivalente a 80% da população do estado (ECOMEK, 2009). Ademais, a região da Baía de Guanabara possui uma Unidade de Conservação, a Estação Ecológica da Guanabara (ESEC da Guanabara), criada em 2006 e localizada nos municípios de Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo (ICMBio, 2020). O Estado do Rio de Janeiro promoveu o lançamento do Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) em 1994, com o objetivo de recuperar os ecossistemas do entorno da baía e resgatar a qualidade das suas águas e dos rios que nela deságuam (são 45 rios que deságuam na baía). No entanto, a baía continua sofrendo com a contaminação:

por patógenos e metais em razão da precariedade ou absoluta ausência de saneamento ambiental dos rios da sua Bacia Hidrográfica. (...) A criação desta comissão, assim, [teve] ... como objetivo identificar as causas da ineficiência do PDBG e do mau aproveitamento dos resultados de pesquisa que já identificaram as causas da contaminação e degradação ambiental da Baía de Guanabara, bem como colaborar na construção de uma visão integrada das atividades ali realizadas, promovendo práticas de justiça socioambiental e a revalorização deste território vital para o Rio de Janeiro. (COMISSÃO ESPECIAL DA BAÍA DE GUANABARA, 2016, p. 4).

A comissão foi composta por cinco deputados – tendo Serafini como presidente, Thiago Pampolha como vice-presidente, Nivaldo Mulim como relator, Marcelo Freixo como membro efetivo e Luiz Martins como membro suplente – e originou 9 PLs ambientais apresentadas em 2016, das quais 8 constam em nossa análise. Até o momento em que o presente estudo foi realizado[4], apenas um PL foi transformado em lei: o PL 2.048/2016, que altera a Lei Nº 3.467/2000, definindo que, “sempre que possível, os recursos provenientes das multas aplicadas e pagas serão prioritariamente aplicados na área diretamente impactada pela infração ambiental” e “quando a infração ambiental for cometida nos municípios que margeiam a Baía de Guanabara, os recursos provenientes das multas aplicadas devem ser utilizados em programas destinados à despoluição da Baía de Guanabara” (RIO DE JANEIRO, 2020).

Mais especificamente, sobre a composição da Comissão Especial da Baía de Guanabara, todos os membros tiveram PL's ambientais identificadas no nosso estudo. O criador e presidente da comissão, Flavio Serafini apresentou 10 PL's ambientais durante o período de 2015 a 2019, com 2 projetos transformados em lei. Além disso, nesse mesmo período, o parlamentar apresentou 6 PL's de autoria conjunta com outros deputados, com 3 proposições aprovadas e em vigor. Serafini afirma que uma das suas pautas políticas é pela justiça socioambiental e, na atual legislatura de 2019-2023, o deputado é membro titular da Comissão de Defesa do Meio Ambiente (ALERJ, 2020).

“ [...] TODOS OS MEMBROS (DA COMISSÃO) TIVERAM PL'S AMBIENTAIS IDENTIFICADAS NO NOSSO ESTUDO. ”

O parlamentar Thiago Pampolha, vice-presidente da comissão especial, apresentou 9 PLs ambientais de 2011 até 2019 – com 2 proposições transformadas em lei e 4 ainda em tramitação na Assembleia. Também apresentou 2 PL's ambientais em co-autoria com outros parlamentares, ambas sendo aprovadas e transformadas em lei. Pampolha tem como duas das suas principais pautas políticas a defesa dos animais e do meio ambiente, já tendo presidido a Comissão de Defesa e Proteção dos Animais. Atualmente, é presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa (ALERJ, 2020).

Nivaldo Mulim, o relator da Comissão Especial da Baía de Guanabara, teve apenas um mandato na Alerj, na legislatura de 2015-2019. Nesse período, o deputado apresentou 15 projetos de lei (sendo 2 em conjunto com outros parlamentares, inclusive uma proposição com o presidente da comissão, Flavio Serafini). Desse total, 4 projetos se tornaram leis estaduais e o restante foram arquivados – a sua maioria por fim de legislatura. Mulim foi presidente da Comissão permanente de Saneamento Ambiental no biênio 2015-2016 e membro de duas frentes parlamentares ligadas à causa ambiental: a Frente Ambientalista e a Frente em Defesa da Baía de Guanabara.

O parlamentar Marcelo Freixo, membro efetivo da comissão especial, possui 3 PL's ambientais contabilizados durante o período de 2008-2018, sendo 2 proposições apresentadas em co-autoria com outros deputados. Até o momento em que este estudo foi concluído, nenhum PL ambiental foi aprovado: um projeto de lei foi anexado à outra proposição, enquanto os dois restantes ainda se encontram em tramitação na Casa Legislativa.

Por fim, o parlamentar Luiz Martins apresentou 7 projetos de lei durante seus dois mandatos como deputado estadual na Alerj (2011-2015 e 2015-2019). Desses PL's, 4 são de autoria única do parlamentar e os outros 3 foram apresentados em conjunto com seus colegas. Apenas 2 proposições ambientais apresentadas por Martins foram aprovadas e transformadas em legislação estadual.

Também observamos muitos casos de deputados estaduais envolvidos em processos criminais: de acordo com levantamento do G1 (GRANDIN, Felipe et al., 2019), um a cada cinco deputados estaduais do Rio de Janeiro responde a processos criminais ou está preso. O ex-parlamentar André Lazaroni, já mencionado pelo seu destaque na proposição de PL's ambientais, está sendo

investigado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) por participação em esquema de corrupção envolvendo a Organização Social Instituto Lagos Rio (PEIXOTO, PRADO & GUIMARÃES, 2020). Além disso, dois membros da Comissão Especial da Baía de Guanabara também estão envolvidos em polêmicas criminais: Thiago Pampolha, vice-presidente da comissão, e Luiz Martins, membro suplente.

Pampolha já se envolveu em duas investigações: primeiro, em 2010, foi denunciado pelo Tribunal Eleitoral Regional do Rio de Janeiro (TRE-RJ) por abuso de poder econômico em sua candidatura nas eleições de 2010 (MPF, 2011); e depois, em 2020, teve uma funcionária do seu gabinete investigada como “funcionária fantasma” (FIGUEIREDO & BOISSON, 2020). Já Martins, foi preso em novembro de 2018 na Operação Furna da Onça da Polícia Federal por suspeita de participação em esquema de corrupção liderado pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (AFFONSO, 2019). Martins foi solto em outubro de 2019 e conseguiu assumir seu mandato na Alerj em maio de 2020 – ele havia sido reeleito nas eleições de 2018, antes de ser preso (RESENDE, 2020).

“ [...] UM A CADA CINCO DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO RESPONDE A PROCESSOS CRIMINAIS OU ESTÁ PRESO. ”

Em relação a parlamentares propositores de leis ambientais e envolvidos em processos de crimes particularmente ambientais, identificamos o deputado Rosenverg Reis – irmão do ex-prefeito de Duque de Caxias, Washington Reis.

O deputado é acusado de parcelamento ilegal do solo para loteamento ilegal na reserva biológica de Tinguá, em Xerém (GRANDIN, Felipe et al., 2019). Reis está em seu terceiro mandato na Alerj e é autor de 10 PL's ambientais durante o período de 2011 a 2019. Entre seus PL's ambientais apresentados, apenas 2 foram aprovados e transformados em lei: um relacionado a gestão de resíduos sólidos e outro a responsabilidade socioambiental.

PRINCIPAIS DESCOBERTAS

- Crescimento do número de normas jurídicas e PL's ambientais no período observado, principalmente a partir de 2011 decorrente da criação da Subsecretaria de Economia Verde e da Rio +20 em 2012
- Gestão de resíduos sólidos, proteção/conservação/preservação ambiental e educação ambiental foram os temas mais abordados na Assembleia
- Pouca atenção da Assembleia a temas como Clima e questões relativas Povos Tradicionais e Indígenas, porém a questão do clima é bastante relevante para o Executivo estadual
- Número de PL's ambientais muito maior que para o estado do Amazonas
- A área ambiental não é o principal foco dos parlamentares em termos de políticas públicas, porém muitos dedicaram parte da sua atenção para tratar de temas relacionados
- Todos os membros da Comissão Especial da Baía de Guanabara, criada em 2015-2016, foram responsáveis por alguns projetos catalogados nesse estudo tratando de problemas da Baía em si e de outras esferas

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visava compreender melhor a atuação da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro em pautas socioambientais, desde os temas tratados até os atores por trás das proposições. A coleta dos PL's e sua consequente categorização permitiram compreender de que maneira diferentes assuntos permeiam o trabalho da Assembleia, qual a magnitude desses assuntos, em termos quantitativos, e quais as implicações de se tratar com grande expressividade de alguns temas, enquanto outros são abordados de forma superficial.

Além disso, analisando os dados de forma quantitativa percebeu-se um aumento dos PL's a partir de 2011, que relacionamos à criação da Subsecretaria de Economia Verde, a realização de grandes conferências internacionais climáticas e a importância e proeminência do estado na agenda ambiental em virtude das conferências. Porém, curiosamente, isso não reflete a agenda do clima no estado, o comportamento dos números dos projetos dedicados ao clima, apesar de não apresentar um padrão, não é expressivo. Do total de 641 projetos catalogados, somente 10 projetos são dedicados ao tema, representando apenas 1,5% do total, para todo o período estudado.

O perfil dos parlamentares responsáveis pelos PL's estudados é o mais diverso, e apesar da maioria deles não tratar do meio ambiente como tema principal da sua agenda, vários apresentaram projetos tratando do tema, com expressividade, entre eles citamos Carlos Minc, Dr. Julianelli, Átila Nunes Filho e André Lazaroni. Um destaque deve ser feito, o deputado Carlos Minc atuou de forma ativa em temas ambientais, sendo o único

deputado que declaradamente se dedica ao meio ambiente, e como colocado na seção anterior, foi responsável por diversos projetos individualmente e em conjunto com outros deputados.

Compreender o que se passa na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro se torna uma tarefa complicada, considerando a dualidade de ações e atores que, por vezes, brigam entre si pelos seus interesses na área ambiental, de forma que eles não afetem negativamente nas relações econômicas do estado com diversos setores contrários às pautas ditas verdes ou à imagem internacional de vanguarda que o país vinha apresentando até então.

“ O PERFIL DOS PARLAMENTARES RESPONSÁVEIS PELOS PL’S ESTUDADOS É O MAIS DIVERSO, E APESAR DA MAIORIA DELES NÃO TRATAR DO MEIO AMBIENTE COMO TEMA PRINCIPAL DA SUA AGENDA, VÁRIOS APRESENTARAM PROJETOS TRATANDO DO TEMA, COM EXPRESSIVIDADE ”

NOTAS

[1] “Programa de emprego verde, indicadores ambientais, mercado de carbono e incentivos fiscais são as principais ferramentas do estado contra as mudanças climáticas que a Secretaria de Estado do Ambiente apresentou, nesta quinta-feira (02/06), durante reunião do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro.[...] ‘Estamos prevendo acabar com todos os lixões. Para isso, temos o programa Lixão Zero, onde buscamos soluções de disposições adequadas. Para grandes aterros sanitários, já estamos colocando no licenciamento ambiental a obrigação de que parte desse lixo tenha tratamento de eficiência energética.’ [...] Como estratégia para desenvolver a qualidade de vida do cidadão fluminense, a Secretaria do Ambiente tem como meta chegar a 66% de tratamento de esgoto em todo o estado, até 2016, [...]” Trecho retirado da matéria <https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/3300-forum-promove-debate-sobre-rio-20>

[2] Para maiores informações ver: <https://prefeitura.rio/comlurb/rio-de-janeiro-se-destaca-na-gestao-do-lixo-e-e-melhor-capital-brasileira-no-indice-de-sustentabilidade-urbana-2019/>

[3] Data: 10/09/2020.

[4] Data: 10/09/2020.

FONTES

AFFONSO, Julia. "Deputado preso no Rio pede escolta para posse na Assembleia dia 1º". Estadão, São Paulo, 29 jan. 2019. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/deputado-preso-no-rio-pede-escolta-para-posse-na-assembly-dia-1-o/>>. Acesso em: 22 set. 2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO. Lei Nº 5.690, de 14 de abril de 2010. Institui a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25571cac4a61011032564fe0052c89c/a9593961f9d00ab28325770a005bd6a4?OpenDocument>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Lei Nº 8.763, de 18 de março de 2020. Altera a Lei Nº 3.467, de 14 de setembro de 2000, que dispõe sobre as sanções administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/43f29dfd98d5c8dc0325853b00720a91?OpenDocument>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Fórum promove debate sobre Rio + 20. Quero Discutir o meu Estado, 2011. Disponível em: <<https://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/3300-forum-promove-debate-sobre-rio-20>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

_____. Deputado Dr. Julianelli. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/381>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

_____. Deputado Flavio Serafini. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Deputados/PerfilDeputado/400?Legislatura=19&AspxAutoDetectCookieSupport=1>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

COMISSÃO ESPECIAL DA BAÍA DE GUANABARA. Relatório Final da Comissão Especial da Baía de Guanabara. Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzH9dHAzOI6lZ2o1Z25jY216cUFxc1lEX1UtWUhgHVMdWFV/view>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

FIGUEIREDO, Pedro & BOISSON, Guilherme. “Oito meses após a denúncia do RJ2, pouco mudou no caso dos 'fantasmas' na Alerj”. G1, Rio de Janeiro, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/18/oito-meses-apos-a-denuncia-do-rj2-pouco-mudou-no-caso-dos-fantasmas-na-alerj.ghtml>>. Acesso em: 22 set. 2020.

GAEA. Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro. Centro Clima/COPPE/UFRJ, 2018. Disponível em: <http://centroclima.coppe.ufrj.br/images/documentos/Produto_11_PAERJ-Relat%C3%B3rio_Final.pdf>. Acesso em: 13 outubro 2020.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. Atos Oficiais do Executivo. Governo do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<http://www.pesquisaatosdoexecutivo.rj.gov.br/>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

GRANDIN, Felipe et al. “A bancada dos réus na Alerj: 1 em cada 5 deputados responde a processos criminais ou está preso”. G1, Rio de Janeiro, 05 fev. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/05/a-bancada-dos-reus-na-alerj-1-em-cada-5-deputados-responde-a-processos-criminais-ou-esta-preso.ghtml>>. Acesso em: 22 set. 2020.

ICMBIO. Esec da Guanabara. ICMBio, 2020. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/marinho/unidades-de-conservacao-marinho/2250-esec-da-guanabara>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (Inea). “Secretaria de Estado do Ambiente e Inea promovem debate sobre o Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro”. Portal de Notícias Inea, 2018. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Noticias/INEA0201325&lang=#ad-image-0>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. Inea: O que é o Inea, 2020a. Institucional. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/institucional/o-que-e-o-inea/>>. Acesso em: 22 set. 2020.

_____. “A Baía de Guanabara”. Portal Inea, 2020b. Disponível em: <<http://www.inea.rj.gov.br/Portal/MegaDropDown/Monitoramento/Qualidadedaagua/Baias/%20BaiadaGuanabara/index.htm>>. Acesso em: 22 set. 2020.

KASECKER, T. P. Planejamento da agenda climática do estado do Rio de Janeiro. Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade, 2019. Disponível em: <<https://abde.org.br/wp-content/uploads/2019/02/9.-Thais-Kasecker.pdf>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). “PRE/RJ apresenta alegações finais ao TRE sobre denúncia contra Thiago Pampolha”. Portal de Notícias do MPF, 2ª Região, Espírito Santo e Rio de Janeiro, 25 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao2/sala-de-imprensa/noticias-r2/ministerio-publico-eleitoral-apresenta-alegacoes-finais-ao-tre-sobre-denuncia-contrathiago-pampolha>>. Acesso em: 22 set. 2020.

PEIXOTO, Guilherme; PRADO, Anita & GUIMARÃES, Arthur. “MPRJ investiga participação de ex-deputado em esquema de corrupção envolvendo a OS Lagos Rio”. G1, Rio de Janeiro, 27 jun. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/06/27/mprij-investiga-participacao-de-ex-deputado-em-esquema-de-corrupcao-envolvendo-a-os-lagos-rio.ghml>>. Acesso em: 22 set. 2020.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro se destaca na gestão do lixo e é melhor capital brasileira em Índice de Sustentabilidade Urbana. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://prefeitura.rio/comlurb/rio-de-janeiro-se-destaca-na-gestao-do-lixo-e-e-melhor-capital-brasileira-no-indice-de-sustentabilidade-urbana-2019/>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

REDAÇÃO AGÊNCIA RIO DE NOTÍCIAS. Governo do Rio cria nova subsecretaria de Economia Verde. Abides, 2011. Disponível em: <<http://abides.org.br/governo-do-rio-cria-nova-subsecretaria-de-economia-verde/>>. Acesso em: 13 outubro 2020.

RESENDE, Leandro. “Deputado preso na operação Fumaça nomeia professor de luta como assessor”. CNN Brasil, Rio de Janeiro, 17 jun. 2020. Política. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/06/17/deputado-pres-na-operacao-fuma-da-onca-nomeia-professor-de-luta-como-assessor>>. Acesso em: 22 set. 2020.

ROBERTO, D. M. Diagnóstico da Hidrografia Estação Ecológica da Guanabara e Região. ICMBio, 2009. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/diagnostico_hidrografia_ga.pdf>. Acesso em: 13 outubro 2020.

OBSERVAÇÃO

O estudo de caso do Rio de Janeiro faz parte do projeto de pesquisa do Observatório dos Subnacionais, da Plataforma Socioambiental, em andamento desde fevereiro de 2020. Este documento foi publicado em outubro de 2020.

Estudo escrito e produzido por Beatriz Mattos, Carolina Alves, Maria Beatriz Peixoto Mello e Priscilla Papagiannis.